



Constância
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 04/2023

Data da Sessão Ordinária

29 de setembro de 2023

Início

20:30 horas

Termo

23:17 horas

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas vinte horas e trinta minutos, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o número de registo, cento e cinquenta e seis, de dezoito de setembro de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu a sessão com a apresentação dos respetivos cumprimentos a todos os presentes e informou que não iria estar presente a Senhora Deputada Municipal Vanessa Isabel Nascimento Almeida, do Partido Socialista, por motivos profissionais, tendo solicitado a sua substituição. Foi substituída pela Senhora Célia Maria Rodrigues Abreu, do Partido Socialista. -----

Informou igualmente, que o Senhor Deputado Municipal Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista, tinha prorrogado o seu pedido de suspensão de mandato de Deputado Municipal, por mais seis meses, por motivos de saúde, continuando a ocupar o seu lugar na Bancada do partido Socialista, a Senhora Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Segunda Secretária que procedesse à primeira chamada de presenças, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: - António Luís Fernandes Mendes; Carla Alexandra Pereira Silvério; Maria Teresa Brás de Matos Gaspar; Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim; Isabel Maria Farinha Albino da Costa; Sónia Cristina do Rosário Dias Sobral; Joaquim José Moura Marques dos Santos; Carlos José Pancadares de Sousa Lopes; Carmen Dolores Gomes da Silva; Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira; Luís Manuel Marques Rodrigues; Maria do Rosário Costa Martins; Célia Maria Rodrigues Abreu; Ângela Sofia Alves Grilo e Pedro Miguel Pedro Caxias. Estiveram igualmente presentes os Presidentes de Junta de Freguesia; José Manuel Ricardo, Ana Luísa Cartaxo Manique e Paulo Gameiro Sena Freitas. -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, pela Senhora Vice-Presidente, Maria Helena Soares Roxo, pela Senhora Vereadora Maria Manuela de Oliveira Arsénio, pelo Senhor Vereador Pedro José Lopes Pereira e pelo Senhor Vereador Alexandre Emanuel Ramos Marques. -----

Também estiveram presentes: Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários; Mikael Dias, Técnico Superior (Jurista) e Daniel Oliveira, Técnico de Informática, funcionários da Autarquia, no apoio logístico à Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente - António Luís Fernandes Mendes; Primeira Secretária - Carla Alexandra Pereira Silvério, Segunda Secretária - Maria Teresa Braz de Matos Gaspar. -----

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, iniciando os trabalhos com o período Antes da Ordem do Dia. -----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a conhecer o expediente recebido entre o dia vinte e três de junho e o dia vinte nove de setembro de dois mil e vinte e três. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou a Ata número quatro de vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e três, para análise e votação, questionando os Senhores Deputados Municipais se pretendiam fazer alguma correção à mesma. Não havendo correções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma intervenção neste Período Antes da Ordem do Dia. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes, do Partido Socialista, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Saudação pelo 25.º Aniversário do Museu dos Rios e das Artes Marítimas. -----

Com a devida autorização, o Senhor Deputado Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação apresentado pela Bancada do Partido Socialista a votação para aceitação e discussão, sendo aprovado por unanimidade. -----

No Período da discussão, solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada concordava com o Voto de Saudação apresentado, fazendo uma breve referência histórica ao Museu dos Rios e das Artes Marítimas, desde a sua fundação até ao momento. Um trabalho que nunca estaria acabado, sendo um desafio permanente. Era com muito agrado que a sua Bancada votava favoravelmente aquele Voto de Saudação, assim como, felicitava o Mural recentemente inaugurado tal como o seu autor, José Paulo Nobre, um filho da terra. -----

Não havendo mais intervenções no Período destinado à discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, constituindo-se como (**ANEXO I**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----



Solicitou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância, Paulo Gameiro Sena Freitas, referindo que pretendia apresentar um Voto de Saudação, pelos sessenta anos de carreira da Fadista Maria Cesaltina Gomes Pereira Dias Ferreira (Tina Jofre). -----

Com a devida autorização, o Senhor Presidente da Junta de freguesia de Constância, passou à leitura do documento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Saudação apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Constância a votação para aceitação e discussão, sendo aprovado por unanimidade. -----

No Período da discussão, solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada felicitava a Fadista Tina Jofre, pelos sessenta anos de carreira e, naturalmente, a sua Bancada votaria este Voto de Saudação favoravelmente. -----

Não havendo mais intervenções no Período destinado à discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, constituindo-se como (**ANEXO II**) desta Ata e dela fará parte integrante. ---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar as Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal, Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada pretendia apresentar um Voto de Protesto pela degradação dos serviços dos CTT em Constância, mas antes, como introdução, pretendia proferir algumas palavras referentes àqueles serviços. Assim, da resposta dos serviços dos CTT à Moção apresentada em Assembleia Municipal de Constância realizada em vinte e três de junho do ano corrente, não concordava em absoluto com a mesma, uma vez que, em sua opinião, as melhorias mencionadas naqueles serviços não correspondiam à realidade. Desconhecia se determinadas situações anómalas eram transversais às três freguesias do Concelho, o que verificava, era que na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, os CTT continuavam a não funcionar. Deu para o efeito alguns exemplos, nomeadamente, ao facto de passarem semanas sem receber correspondência, e quando recebia, eram quantidades enormes com semanas de atraso, com implicações na sua vida pessoal. -----

Com a devida autorização, o Senhor Deputado Municipal passou à leitura do documento. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Voto de Protesto apresentado pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária a votação para aceitação e discussão, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----



No Período da discussão, solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que da resposta dos CTT à Moção apresentada em Assembleia Municipal realizada no pretérito dia vinte e três de junho, independentemente de a resposta referir algumas melhorias, as mesmas não eram notórias. Desta forma, fazia todo o sentido o Voto de Protesto. -----

Não havendo mais intervenções no Período destinado à discussão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade, constituindo-se como **(ANEXO III)** desta Ata e dela fará parte integrante. ---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a questionar as Bancadas se pretendiam fazer mais alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, para questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre uma situação relacionada com o saneamento básico, na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, mais concretamente, no lugar do Ribeiro, junto à Estação Ferroviária de Santa Margarida. Pretendia saber qual o ponto de situação. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que pretendia no âmbito do parque habitacional do concelho de Constância, apresentar um requerimento e uma Moção. -----

Com a devida autorização, a Senhora Deputada Municipal passou à leitura do requerimento, constituindo-se como **(ANEXO IV)** desta Ata e dela fará parte integrante. ---

Relativamente à Moção “Pelo Direito à Habitação”, depois de lida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a a votação para aceitação e discussão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

No Período da discussão, solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que a presente Moção estava a ser apresentada no momento em que o governo estava a tratar do assunto e a tentar responder às preocupações apresentadas na Moção, nomeadamente, as subidas das taxas de juros e amortizações com a habitação. Quanto ao teor da Moção propriamente dito, eram referidas medidas que ainda iriam ser “limadas” no decorrer das discussões previstas para o assunto. Também ao nível do município, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha assinado um acordo para reabilitação de habitações a custos acessíveis no âmbito da CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo), com o apoio do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e, naquele momento, estavam a acontecer muitas coisas que iriam ao encontro das preocupações manifestadas na Moção em discussão. -- Voltou a pedir a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que se o governo ainda estava



a “limar” o assunto, então, mais sentido faria a apresentação daquele documento, dando para o efeito alguns exemplos mais específicos. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a Moção a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, constituindo-se como (ANEXO V) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder às questões apresentadas pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, sobre o saneamento básico na Freguesia de Santa Margarida da Coutada. Confirmou a existência dos dois casos apontados, referindo que os mesmos estavam devidamente sinalizados. Como era do conhecimento geral, existiam várias estações elevatórias que recebiam os esgotos dos diversos lugares da Freguesia de Santa Margarida da Coutada, encaminhando-os para a Estação de tratamento da CAIMA, em condutas muito antigas, a precisarem de ser renovadas. Na zona do Ribeiro, no lugar da Portela, tratava-se de uma conduta com raízes e terras no seu interior que, em tempo de grandes chuvas, o fluxo aumentava, provocando o seu entupimento e transbordo. Tinha ainda a desvantagem de estar localizada em terrenos particulares e de difícil acesso a maquinaria para desentupimento. Junto à Estação Ferroviária de Santa Margarida, o problema era semelhante, com a agravante de ficar junto a uma linha de água. Quando o caudal era exagerado, a conduta não tinha capacidade de escoamento, muito por culpa da sua obstrução com areias e outros resíduos que danificavam as bombas das estações elevatórias, deixando estas de operar. Embora o Município tivesse algumas bombas de escoamento em reserva, por vezes não eram suficientes. Mesmo tratando-se de situações pontuais, o problema só seria definitivamente resolvido com novas condutas. O Município tinha o assunto em agenda, estando atento ao surgimento de uma oportunidade de candidatura a fundos comunitários para a construção de novos coletores. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que o problema do saneamento referenciado pela Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, era um assunto pertinente. As condutas já tinham alguns anos, estando a necessitar de uma intervenção profunda. Lamentava o facto de não terem sido aproveitados para o efeito, os fundos comunitários no âmbito do POSEUR (Programa Operacional Sustentabilidade e Eficácia no Uso dos Recursos) para levar a cabo aquela obra. Havia uma imposição para os Municípios estarem associados para a elaboração de candidaturas para estes projetos e daí, ter surgido a Empresa Tejo Ambiente. A sua grande





dúvida era a seguinte: - “Estaria a União Europeia ou o Governo, a pensar continuar com o atual quadro comunitário, que só permitia candidaturas para saneamentos a Municípios que estivessem associados?”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder à questão apresentada. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que não tinha uma resposta concreta sobre a questão, apenas tinha conhecimento que na opinião da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses), não deveria ser uma exigência/condição, no entanto, quem ditava as regras era a União Europeia, não os governos. -----

Solicitou novamente a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha uma Recomendação para apresentar sobre a Derrama. -----

Com a devida autorização, foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Carmen Dolores Gomes da Silva, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para fazer a sua leitura, constituindo-se como (**ANEXO VI**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que a sua Bancada tinha um Requerimento para apresentar sobre a Certificação dos Parques Infantis do Concelho de Constância, constituindo-se como (**ANEXO VII**) desta Ata e dela fará parte integrante. -----

Não havendo mais intervenções no período “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Primeira Secretária da Mesa para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva Ordem de Trabalhos. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

1. Período reservado à intervenção do público; -----
2. Projeto de Regulamento Interno do Serviço de Atendimento Social (SAAS) - Para deliberação; -----
3. Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 (3ª alteração) e respetivo anexo - Para deliberação; -----
4. Proposta de política fiscal para 2024 – IMI, Derrama, IRS, TMDT – Para deliberação; ---
5. PRR - Reabilitação e reconstrução de edifício destinado à Loja do Cidadão de Constância - Proposta de adjudicação de empréstimo MLP - Para deliberação; -----
6. Homenagem ao Senhor Comendador António Manuel dos Santos Mendes - Proposta para criação de um Grupo de Trabalho para o efeito; -----
7. Apreciação de Informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, -----



nos termos da alínea c) do nº 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Para conhecimento; -----

8. Outros assuntos de interesse. -----

Lida a convocatória e a respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. ---

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Não havendo inscrições do público para intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 2 - PROJETO DE REGULAMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO SOCIAL (SAAS) - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que este assunto já tinha vindo à Assembleia Municipal na sessão anterior e, por entendimento desta, tinha sido retirado, pela impossibilidade na altura, em serem esclarecidas algumas dúvidas. Os esclarecimentos tinham sido dados, e em sua opinião, o documento estava em condições para ser votado. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando por referir que as interrogações que tinha apresentado sobre o documento, visavam apenas e só, uma melhor clarificação. Não tinha sido sua intenção ou da sua Bancada, mencionar que o documento não tinha seguido as regras ou as instruções emanadas pela tutela. As suas questões referiam-se à clareza do documento, nomeadamente; o horário de funcionamento e a forma de agendamento. Se, relativamente à forma de agendamento e à ausência de algum dos técnicos já tinha ficado esclarecida, o mesmo não tinha acontecido com o horário de funcionamento, pretendendo saber se a procura daqueles serviços era assim tão diminuta, ao ponto de ser suficiente uma quarta feira de quinze em quinze dias em Montalvo e Santa Margarida da Coutada, e uma manhã em Constância, num total de dois dias por semana a sete horas por dia. Se possível, pretendia saber se na opinião do executivo e dos técnicos, aquele horário era suficiente para as necessidades do Concelho. Também pretendia saber, qual o ponto de situação naquele momento, assim como, o número de atendimentos. -----

Em resposta às questões apresentadas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que as dúvidas apontadas por escrito, pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinham sido encaminhadas para a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo, que por sua vez, as tinha reencaminhado para a técnica do Município, tendo esta última, elaborado o



devido esclarecimento. Lembrou, que aquela área social era bastante exigente, complexa e merecedora de algum recato. Quando os Senhores e Senhoras Deputados/as pretendessem algum esclarecimento adicional, o poderiam solicitar através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e agendada uma reunião com a Técnica competente para o efeito. Quanto ao número de atendimentos no âmbito do SAAS; em novembro e dezembro do ano transato, tinham sido atendidas 9 (nove) pessoas. No presente ano; em janeiro 8 (oito), fevereiro 10 (dez), março 19 (dezanove), abril 5 (cinco), maio 16 (dezasseis), junho 15 (quinze), julho 22 (vinte e duas) e em agosto 12 (doze), totalizando 48 (quarenta e oito) agregados familiares atendidos e em acompanhamento naquele espaço temporal. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, agradecendo a informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que, pelos números apresentados, verificava que inicialmente eram bastante diminutos, vindo a aumentar significativamente por cada mês que passava. Questionou, se executivo e técnicos, tinham perceção, se a informação à população era suficiente, para em caso de necessidade, recorrerem aos serviços à sua disposição. -----

Em resposta a esta última questão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, no respeitante ao horário de funcionamento mencionado no Regulamento para atendimento, julgavam ser o suficiente, no entanto, ninguém ficaria por atender. Quanto à disseminação da informação sobre os atendimentos e respetivos locais, tinham sido divulgados pelas três Freguesias através de desdobráveis informativos, assim como, pelas redes sociais. Se, chegassem à conclusão que não era suficiente, tentariam utilizar/reforçar com outros mecanismos. -----

Não havendo mais questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Ponto a votação, sendo este aprovado por maioria com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO 3 - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2023 (3ª alteração) E RESPETIVO ANEXO - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que se tratava da terceira alteração no ano corrente, mantendo desta forma, o Mapa de Pessoal o mais atualizado possível, dando Início a uma explicação bastante pormenorizada sobre o documento. Assim, começando pelo Serviço de Ação Social, Saúde e Educação; a proposta previa a criação de dois lugares de Técnico Superior a prover. Tratava-se de uma





candidatura apresentada pelo Município no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), designada por Radar Social. Um projeto piloto que tinha como objetivo, a constituição de equipas multidisciplinares de acordo com a dimensão de cada território, tendo o Concelho de Constância direito a dois técnicos; um na área da psicologia e outro na área da sociologia. A ideia era; numa primeira fase, fazerem o diagnóstico social e numa segunda fase, identificar famílias e pessoas em condições sociais a necessitarem de apoio. Era financiado e tinha a duração de vinte e sete meses. Na área da Contabilidade; um lugar a prover por tempo indeterminado. Tratava-se de um Técnico Superior de contabilidade que saíria em mobilidade para outro organismo, sendo necessário preencher aquela vaga, pelo menos, durante o tempo que decorresse a referida mobilidade. Na área da Saúde; como consequência da transferência de competências para o Município, tinham sido três lugares providos, transitados daquele organismo, na categoria de Assistente Operacional. No âmbito da Consolidação de mobilidades em curso; sendo um número bastante significativo, de forma bastante resumida, passava a explicar cada situação: - Na área dos Juristas, existia um lugar a prover que já estava preenchido, passando a provido; um Assistente Operacional que trabalhava no Espaço Cidadão, tinha consolidado a mobilidade para Assistente Técnico; a Coordenadora Municipal de Proteção Civil, tinha atualizado o seu enquadramento técnico em Regime de Comissão de Serviço; a equipa de Sapadores Florestais tinham transitado para a categoria de Bombeiros Sapadores Florestais, a partir do dia um do corrente mês de setembro; uma Técnica Superior da área da Contabilidade, tinha saído em mobilidade para o Município de Mação; um Técnico da área da Contabilidade, tinha consolidado a sua categoria em Técnico Superior; uma trabalhadora da Segurança Social que tinha vindo em mobilidade para o Município para a área da Contabilidade; uma trabalhadora do Aprovisionamento tinha consolidado a sua categoria de Assistente Operacional em Assistente Técnico; um Engenheiro Civil da Divisão Municipal dos Serviços Técnicos, tinha passado de Assistente Técnico para Técnico Superior; atualização da situação de um trabalhador que, como resultado de um processo disciplinar, tinha tido como consequência o despedimento; passagem para a aposentação de um Jardineiro; saída de um trabalhador Carlos Rodrigues, com licença sem vencimento, não tendo regressado à Câmara Municipal; licença sem vencimento do trabalhador Diogo Almeida, não enquadrado no Mapa de Pessoal; mobilidade de um Engenheiro do Ambiente na Divisão de Serviços Técnicos que tinha vindo em mobilidade do Município de Coruche; aposentação de dois motoristas; consolidação da mobilidade de uma Assistente Técnica em Técnica Superior; saída de um Mecânico em mobilidade para o Campo Militar de Santa Margarida; mobilidade na Escola Luís de Camões, de uma trabalhadora de Assistente Operacional para Assistente Técnico (Sem custos para o orçamento municipal no âmbito




da Descentralização); uma trabalhadora Assistente Operacional da Escola Luís de Camões, em mobilidade para o Campo Militar de Santa Margarida; uma trabalhadora do Turismo que tinha transitado de Assistente Operacional para Assistente Técnico, consolidando aquela mobilidade e, aposentação de uma trabalhadora Assistente Operacional da Escola Luís de Camões. Este era o conteúdo da proposta de alterações ao Mapa de Pessoal em análise. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que não tinha entendido quais as medidas em concreto, que iriam ser implementados no projeto Radar Social. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que em primeiro lugar teria que ser feita a atualização do diagnóstico social do Município, posteriormente, seria elaborado um relatório com as medidas a implementar de acordo com o mesmo diagnóstico. -----

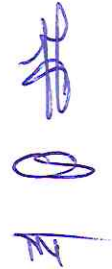
Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com cinco abstenções da Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO 4 - PROPOSTA DE POLÍTICA FISCAL PARA 2024 - IMI, DERRAMA, IRS E TMDT - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação deste ponto. -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que as propostas de política fiscal para o ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), aprovadas por unanimidade em reunião de Câmara Municipal, estavam alicerçadas nos seguintes valores: IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), manter o seu valor na Taxa mínima de 0,30%, continuando com a medida de redução em função do número de dependentes que integrassem o agregado familiar; Derrama (Imposto Municipal sobre os lucros tributáveis das Empresas), manter-se-iam os valores de 1,5%, no entanto, todos os sujeitos passivos que tivessem um volume de negócios igual ou inferior a 150.000 € (Cento e cinquenta mil euros), teriam uma taxa reduzida para 0,01%, uma vez que a Lei atual, não permitia a total isenção sem um Regulamento específico para o efeito; IRS (Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), manter-se-ia a taxa de 5%; TMDT (Taxa Municipal dos Direitos de Passagem), manter-se-ia nos 0,25%. Estas eram as propostas para deliberação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, informando que as



votações seriam ponto por ponto. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que compreendia a alteração reduzida para a Derrama, para volumes de negócios inferiores a cento e cinquenta mil euros anuais, no entanto, era importante sensibilizar as empresas que operavam no Concelho de Constância, para que a localização das suas Sedes Sociais não fossem desviadas para outros locais. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início às votações. -----

- IMI, 0,30% a aplicar em 2024 - Aprovado por unanimidade; -----

- Derrama, 1,5% e 0,01% a aplicar em 2024 - Aprovado por unanimidade; -----

- IRS, 5% a aplicar em 2024 - Aprovado por unanimidade; -----

- TMDT, 0,25% a aplicar em 2024 - Aprovado por unanimidade. -----

- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

PONTO 5 - PRR - REABILITAÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO À LOJA DO CIDADÃO DE CONSTÂNCIA - PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO DE EMPRÉSTIMO MLP - PARA DELIBERAÇÃO -----

O Senhor da Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do ponto. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que tinha decorrido uma consulta ao mercado para a contração do empréstimo, o que vinha à Assembleia era no sentido de ser aprovada a adjudicação até ao montante de 618.345,34€ (seiscentos e dezoito mil trezentos e quarenta e cinco euros e trinta e quatro cêntimos), à Caixa de Crédito Agrícola Mútua Chamusca, C.R.L, entidade que tinha apresentado a proposta mais vantajosa, no sentido de assegurar a parte não comparticipada para a construção da Loja do Cidadão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção sobre este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. -----

PONTO 6 - HOMENAGEM AO SENHOR COMENDADOR ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS MENDES - PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA O EFEITO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que em sua opinião, os documentos distribuídos e na posse de todos os Deputados Municipais, eram bastante





elucidativos sobre o pretendido. Tratando-se de um Grupo de Trabalho, a votação seria apenas para a sua criação, os elementos que a viessem a constituir, seriam apenas designados/nomeados. Para a constituição do Grupo de Trabalho, eram propostos os seguintes elementos: - Presidente da Assembleia Municipal – Coordenador do Grupo de Trabalho; - Um Técnico Arquiteto ou Engenheiro Civil, a nomear pela Câmara Municipal; - Um elemento a indicar pela Bancada do Partido Socialista; - Um elemento a indicar pela Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária. Estes últimos, poderiam ser elementos exteriores à Assembleia Municipal. -----

Não havendo comentários, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta para a criação do Grupo de Trabalho a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou às entidades proponentes, as suas indicações/nomeações, para a constituição do Grupo de Trabalho: - O Senhor Presidente da Câmara Municipal, indicou/nomeou o Senhor Engenheiro Jorge Heitor; -----

A Bancada do Partido Socialista, indicou o Senhor Deputado Municipal Carlos José Pancadares de Sousa Lopes; -----

A Bancada da CDU-Coligação Democrática Unitária, indicou o Senhor Rui Manuel Ferreira. Constituído o Grupo de Trabalho e não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. –

PONTO 7 - APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam apresentar alguma questão neste ponto da Ordem de Trabalhos. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, referindo que no documento era referida uma prestação de serviços de segurança e saúde no trabalho, pretendendo saber qual o período de vigência do referido contrato. Pretendia igualmente, ter mais algumas informações sobre a elaboração de um anteprojecto ao habitat sustentável e piscina, junto ao Parque Ambiental de Santa Margarida. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para referir que no documento, no respeitante à informação sobre contratação pública, verificava a aquisição de equipamentos de desfibrilhação automática externa (DAE), pretendendo saber do que se tratava, onde se encontrava, se tinha havido alguma formação de técnicos e, se a prestação de serviços de



segurança e saúde no trabalho tinha ou não alguma relação com a aquisição daquele equipamento. Também pretendia saber, se no presente, já era possível identificar algumas vantagens na transferência de competências no âmbito da Ação Social. No respeitante ao transporte a pedido, qual a procura no Concelho, deste serviço, muito em particular, no respeitante à área da saúde e terapias, pretendendo saber de que tipo de terapias e de transporte se tratava. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Municipal Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre a questão de segurança e saúde no trabalho, referindo que o período mencionado no documento estava errado, sendo o período correto de dois anos. Quanto ao anteprojecto junto ao PASM (Parque ambiental de Santa Margarida), como era do conhecimento geral, o Município era proprietário daquele terreno, perspectivando criar uma zona com bungalows e uma piscina descoberta, próxima do Lar de Idosos, ligando o Açude ao Parque Ambiental. Tinha esperança que aquele projecto tivesse enquadramento no âmbito dos fundos comunitários, estando em fase de elaboração de estudo prévio. Quanto às questões apresentadas pela Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, começando pelos desfibriladores, tinham sido colocados na Piscina Municipal e no Pavilhão Desportivo, para alguma situação de emergência que pudesse ocorrer naqueles espaços desportivos. Quanto à transferência de competências no âmbito da Ação Social, tudo estava a decorrer dentro da normalidade. Quanto ao transporte a pedido, era um serviço que já estava a funcionar há alguns anos, sendo pouco utilizado no Concelho de Constância. A situação mencionada na informação, dizia respeito a uma utente que tinha uma consulta hospitalar, não sabendo como se deslocar, tendo os serviços do Município feito o seu encaminhamento através do Transporte a pedido. -----

Não havendo mais questões para este Ponto da Ordem de Trabalhos e, sendo o Ponto apenas para conhecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato ao Ponto seguinte. -----

PONTO 8 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou as Bancadas se pretendiam fazer alguma intervenção. -----

Solicitou a palavra, a Senhora Deputada Municipal Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que no âmbito da CIMT (Comunidade Intermunicipal do



Médio Tejo), o Município tinha assinado no pretérito dia dezanove de setembro, um acordo de colaboração sobre habitação e reabilitação urbana a custos acessíveis. O que pretendia com a sua intervenção, era uma melhor informação sobre o assunto, muito concretamente, qual a abrangência daquele programa no Concelho de Constância. -----

Solicitou a palavra o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, Senhor José Manuel Ricardo, referindo que no dia anterior se tinha realizado uma vigília junto à Extensão de Saúde da sua Freguesia, organizada pela Comissão de Utentes do Médio Tejo, sobre a necessidade de colocação de um Médico naquela Extensão de Saúde. Pretendia questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se tinha alguma informação sobre o assunto. -----

Para responder às questões apresentadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pela Senhora Deputada Isabel Maria Farinha Albino da Costa, do Partido Socialista, referindo que tinha sido assinado um dos primeiros acordos com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) e com a CIMT, que previam a reabilitação e transformação de dois edifícios na Rua Grande, na Freguesia de Constância, junto ao Jardim Horto, para habitação a custos acessíveis. O pensamento inicial, como era do conhecimento de todos, era de poder usar aquele espaço para a construção de um novo Museu dos Rios e das Artes Marítimas, no entanto, com todas as limitações existentes ao nível do Ordenamento do Território, nomeadamente; por se encontrar em leito de cheia, e a não permissão para ampliação daquela área edificada. Com todos aqueles constrangimentos, tinham desistido daquele projeto e optado por alterar o local para a construção do referido Museu, para as traseiras do edifício da Câmara Municipal, no jardim contíguo ao atual Museu dos Rios e das Artes Marítimas, num espaço mais do que suficiente e a necessitar de ser reabilitado. Para a reabilitação dos edifícios na Rua Grande, estava prevista uma verba a rondar os quatrocentos e dezanove mil euros, havendo a perspectiva de serem assinados mais acordos, nomeadamente: no Bairro da Serafina em Malpique; construção em três Lotes propriedade do Município, na Freguesia de Montalvo; reabilitação de algumas habitações em situação de ruína na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, estando já o Município na posse de uma avaliação levada a efeito por um perito qualificado, para poder desenvolver negociações com os proprietários. Seria muito mais fácil fazer construções de raiz para alguns apartamentos, no entanto, perder-se-ia a oportunidade de requalificar aqueles edifícios em elevado estado de degradação, principalmente, na Freguesia de Santa Margarida do Coutada. Para todo o Concelho de Constância, estava previsto um investimento de cerca de três milhões de euros, para a



construção/reabilitação de trinta e quatro fogos, para execução até ao ano de dois mil e vinte e seis. Explicou ainda que os imóveis propriedade do Município, seriam cedidos em regime de direito de superfície ao IHRU. Toda a gestão do arrendamento seria igualmente da responsabilidade daquele organismo e não da Câmara Municipal, assim como, para os imóveis a adquirir. O Município seria mandatado em nome do IHRU, para a elaboração dos projetos e obras. Aquele era o modelo definido a nível nacional, com um financiamento a cem por cento, depois de devidamente validados os processos pelo IHRU. Era um processo muito complexo, difícil, mas era uma oportunidade que não poderia ser desperdiçada para reabilitar um conjunto de imóveis degradados no Concelho. -----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Joaquim José Moura Marques dos Santos, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando se os imóveis mencionados na Freguesia de Santa Margarida da Coutada, eram pertença de apenas um ou de vários proprietários. O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato, referindo que se tratava de vários proprietários. -----

Sobre a questão apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada, o que poderia responder, era que não tinha conhecimento de nenhuma alteração pós vigília, ou seja, continuariam a ter um médico duas vezes por semana das nove às dezoito horas, perspetivando-se a curto prazo, a passagem para três dias semanais. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando a razão pela qual o Município de Constância ter de suportar uma parte substancial dos custos para a construção da Loja do Cidadão, enquanto que, no Município de Vila de Rei, para o mesmo efeito, tinha um financiamento a cem por cento. -----

Outra questão, tinha a ver com a construção da Central de Biomassa em Constância Sul. Mencionou uma sua declaração de voto, enquanto vereadora, no dia trinta de julho de dois mil e vinte, onde referia “uma vez que o concurso público prevê um benefício económico para o Município, bem como, a construção de um equipamento público, cultural, desportivo ou recreativo, o meu sentido de voto é a abstenção”. Pretendia saber o que é que tinha sido feito. -----

Outra questão, tinha a ver com a transferência de competências, pretendendo saber se as verbas da administração central contratualizadas, estavam a chegar a tempo e horas, para fazerem face às despesas correntes, nomeadamente, despesas com pessoal. -----

Mencionou o “show off” que, em seu entender estava a acontecer, no âmbito do PRR (Plano de recuperação e resiliência) sobre a construção e reabilitação de edifícios para alojamentos com rendas acessíveis. Pelo seu conhecimento do protocolo, as Câmaras





Municipais estavam a ser “criados” da Administração Central, de forma escandalosa. As autarquias faziam todo o trabalho, cediam os direitos de superfície dos seus edifícios e, uma vez que o IHRU não assumia os aumentos dos preços durante as obras, teriam que ser os Municípios a assumir aquele compromisso, depois, era o IHRU quem fazia a gestão das rendas. -----

Também pretendia saber, qual o ponto de situação de uma candidatura que julgava ter sido feita diretamente ao IHRU, sobre as casas do Chão da Feira, na Freguesia de Constância, assim como, um empreendimento constituído por seis fogos na Rua dos Combatentes e, mais quatro para núcleos precários. Questionava se tinha sido efetivamente feita ou não a referida candidatura e qual o ponto de situação. Estavam destinados muitos milhões de euros para o Médio Tejo, para a recuperação e construção de edifícios, sendo que: para Constância estavam apenas contemplados três projetos, dos trinta e quatro previstos; para o Município de Sardoal estavam contemplados dezasseis; para o Município de Ferreira do Zêzere, dezasseis; para o Município de Mação, dezasseis; para o Município de Vila de Rei, trinta e, para o Município de Vila Nova da Barquinha, treze. Pretendia saber qual a razão para aquelas discrepâncias e, sabendo-se que iriam fechar candidaturas em março do próximo ano, o que é que o Município estava a pensar fazer. -- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às questões apresentadas. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que as Lojas do Cidadão tinham custos padrão. O financiamento máximo que o PRR dava aos Municípios, era de novecentos mil euros. A Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária tinha falado no exemplo do Município de Vila de Rei, com financiamento a cem por cento, era verdade, no entanto, o Município de Vila de Rei tinha adaptado uma parte do edifício dos Paços do Concelho que não estava a ser usada, para lá colocar a Loja do Cidadão e, daquela forma, não tinha ultrapassado os novecentos mil euros, tendo por esse motivo, obtido um financiamento a cem por cento. -----


Quanto à Central de Biomassa, o que tinha ficado celebrado no acordo entre o Município e a CAIMA, S.A., era o seguinte: quando a Central entrasse em funcionamento, o Município receberia uma verba a rondar os setenta e cinco mil euros. -----

Quanto à transferência de competências e até ao momento, os valores acordados tinham sido recebidos em tempo oportuno. -----

Sobre a habitação a custos acessíveis; na última sexta feira, tinham sido assinados na CIMT, vinte e cinco por cento dos acordos previsto para todos os Municípios. O Município de Constância estava em condições de assinar acordos para sete fogos, no entanto, só




tinham assinado três, porque o IHRU não tinha tido tempo para validar os restantes. O que tinha ficado acordado, era que até ao final do presente ano, seriam validados os restantes. Relativamente a outros Municípios, em concreto o de Vila Nova da Barquinha, o que tinha acontecido era o seguinte: aquele Município tinha optado por fazer um bloco habitacional e, naquele caso, tinham assinado cem por cento do protocolo a custos acessíveis. ----- Sobre a estratégia local de habitação, o assunto não estava parado, estava a ser tratado, tanto para o Chão da Feira como para a Rua dos Combatentes. ----- Quanto a algumas outras considerações que a Senhora Deputada Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, tinha proferido, estava no seu direito de as fazer, no entanto, de forma muito objetiva e direta, só poderia responder que “era pegar ou largar”. Ou entravam no processo, mesmo com toda a sua complexidade ou, Constância ficava fora do mesmo. Tinham optado pela primeira. ----- Solicitou a palavra o Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, para referir que recentemente se tinha levantado a questão de existir ou não uma turma do décimo ano na Escola Luís de Camões, no presente ano letivo. O ano tinha arrancado com a constituição da referida turma e, o que pretendia saber, era que diligências tinham sido levadas a cabo para que a criação daquela turma tivesse acontecido.----- Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, para questionar qual o ponto de situação das obras previstas para a ampliação do Cemitério de Constância. ----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões apresentadas. ----- No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão apresentada pelo Senhor Deputado Pedro Miguel Pedro Caxias, do Partido Socialista, referindo que a manutenção na Escola Luís de Camões de uma turma do décimo ano no ensino profissional, se ficava a dever ao extraordinário esforço desenvolvido pela Senhora Diretora do Agrupamento, junto do Ministério da Educação e do Senhor Ministro da tutela. Lamentava o facto de não ter sido possível a criação de uma turma do décimo ano nas áreas habituais, no entanto, lembrou que não era a primeira vez que uma situação daquelas tinha ocorrido, lembrando que a Escola Luís de Camões já tinha estado vários anos sem ensino secundário, nas áreas de humanidades ou científicas. Aproveitou para, no âmbito do ensino, transmitir as seguintes informações: - No geral, tinha havido uma diminuição do número de alunos, passando de 589 (quinhentos e oitenta e nove) no ano transato, para 556 (quinhentos e cinquenta e seis) no presente ano. Um sinal positivo, era o registo no pré-escolar, que tinha passado de 118 (cento e dezoito) do ano anterior, para



133 (cento e trinta e três) no corrente ano e, no primeiro ciclo, tinham passado de 146 (cento e quarenta e seis) alunos para 151 (cento e cinquenta e um). No segundo ciclo, tinham passado de 83 (oitenta e três) para 84 (oitenta e quatro) e, no terceiro ciclo, tinha acontecido uma ligeira diminuição, passando de 120 (cento e vinte) alunos para 102 (cento e dois). No ensino secundário, no ano transato, a escola tinha 122 (cento e vinte e dois) alunos, e no presente, estavam registados 86 (oitenta e seis). Informou ainda, que tinha aberto mais uma sala no pré-escolar em Constância, sinal muito positivo, atendendo à reduzida dimensão do Concelho e à baixa taxa de natalidade verificada no País. Quis ainda dar nota do seguinte: - Os alunos de fora do Concelho de Constância, representavam no presente ano letivo, 26,6% (vinte e seis vírgula seis por cento) do total de alunos e, no ano anterior, o valor estava nos 27% (vinte e sete por cento). -----

Quanto à questão apresentada pela Senhora Deputada Municipal Maria do Rosário Costa Martins, da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o ponto de situação das obras no Cemitério de Constância, já em Assembleias anteriores tinha dado a conhecer os motivos para tal atraso, não havendo no presente, alterações significativas, ou seja, estando aquele espaço em zona protegida “Área Non Aedificandi” e, o facto de ter sido construído um muro na antiga escola, assim como uma ampliação no Cemitério nos anos noventa, sem autorização da DGPC (Direção Geral do Património Cultural) tinha levado aquela entidade a não dar a devida autorização provisória para o início das obras. A desafetação já tinha sido solicitada, aguardando-se que a DGPC elaborasse o respetivo relatório com a sua deliberação sobre o assunto, para que se pudessem iniciar as obras. Este era o ponto de situação. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, da CDU-Coligação Democrática Unitária, pretendendo clarificar algumas questões, nomeadamente, a questão relacionada com o ensino, e o facto de não ter existido ensino secundário no Concelho de Constância durante alguns anos, como tinha referido o Senhor Presidente da Câmara Municipal na sua intervenção anterior. Era verdade, no entanto, era preciso lembrar que o paradigma na altura referida era outro. O número mínimo de alunos para que fosse formada uma turma, eram vinte. Posteriormente, tinha sido permitido que os alunos que seguissem humanidades ou científicas, fossem divididos em turmas de dez mais dez, o que fazia e fez toda a diferença. Misturar as coisas não era bom exemplo. Era compreensível que tivesse que haver um número mínimo de alunos para formar uma turma e, sendo o Concelho de Constância um Concelho pequeno, mais difícil se tornava atingir aquele objetivo. Era necessário em cada ano, convencer alunos e familiares de fora do Concelho, a escolherem Constância, só assim, se conseguiria escala, com benefícios diretos para os alunos residentes e, professores suficientes. A Câmara Municipal e a



Escola, assim como todas as Associações do Concelho, deveriam ter uma maior responsabilidade, no sentido de inculcarem tanto nos alunos como nos professores, o sentimento de pertença ao Concelho, para que, podendo frequentar o ensino em Constância, não fossem para outros locais. Em sua opinião, aquele trabalho não estava a ser bem feito, havendo muita falta de bairrismo. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que por vezes os discursos não batiam certo com as atitudes, dando como exemplo o que tinha lido nas redes sociais da CDU-Coligação Democrática Unitária, sobre o ensino no Concelho. A Câmara Municipal tinha feito tudo o que estava ao seu alcance, em conjunto com a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas, no sentido de serem conseguidos os objetivos previstos. -----

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Municipal Ângela Sofia Alves Grilo, da CDU-Coligação Democrática Unitária, questionando se, desde o início do ano letivo, já tinha acontecido alguma reunião ou outro tipo de contactos com os pais dos alunos, sendo em sua opinião, de primordial importância a inclusão dos pais a partir do terceiro ciclo, para que, nos casos mais complicados, fossem encontradas mais rapidamente as melhores soluções/correções. Uma das críticas que mais ouvia, relacionava-se com os incentivos, particularmente o facto de terem acabado com a viagem de estudo para os alunos do nono ano, sugerindo o repensar da medida. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, a esta última questão, respondeu que a Câmara Municipal estava sempre presente na abertura dos anos letivos e com os pais ao longo de todo o ano, no entanto, referiu que a Câmara Municipal não tinha nenhuma competência pedagógica na escola, não se podendo imiscuir naqueles assuntos. Para melhor poder esclarecer o assunto das viagens de estudo ou de finalistas, com a devida autorização deu a palavra à Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo. -----

No uso da palavra, a Senhora Vereadora Maria Helena Soares Roxo começou por explicar que aquela viagem tinha sido criada quando os finalistas eram os alunos do nono ano. No presente, o Agrupamento de Escolas já tinha o décimo segundo ano, tendo o paradigma sido alterado e a viagem passado para este último. -----

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Primeira Secretária para proceder à leitura da minuta da Ata, colocando-a em seguida a votação. -----

-----APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade,

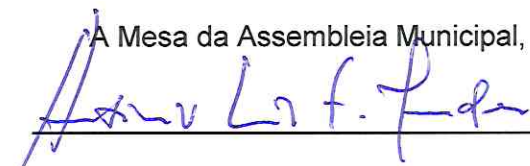
aprovar a presente Ata em minuta, para que as deliberações nelas constantes possam produzir efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e dezassete minutos. A presente Ata foi redigida na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia Municipal,



Celso Silverio



MARIA TEREZA BRAZ DE MATTOS



ANEXO I

VOTO DE SAUDAÇÃO

“25º Aniversário do “Museu dos Rios e das Artes Marítimas



O património histórico, material e imaterial, é um importante e precioso ativo no desenvolvimento cultural, social e económico das comunidades. -----

É sem dúvida, um elemento estrutural da memória histórica e coletiva de um povo ou comunidade, com relevância na educação e formação cívica das populações e na sua preservação histórica e cultural, com impacto na economia e turismo locais. -----

A estratégia desenvolvida pelo município de Constância na reabilitação e revitalização do património histórico edificado, levou à criação em 11 de abril de 1998, do “Museu dos Rios e das Artes Marítimas”, celebrando este ano o seu 25º Aniversário, comemorando com a pintura de um Mural, da autoria do pintor constanciense José Paulo Nobre. Obra esta, bem representativa da identidade histórica e cultural das tradições de Constância. -----

Foi neste contexto, que o Município de Constância, na preservação da sua história, celebrou as “Bodas de Prata” deste museu, valorizando e divulgando Constância, como um dos mais importantes portos do tejo no passado, assentando a sua economia no transporte fluvial, na construção e reparação naval, no comércio, na pesca e nos ofícios, que marcaram o crescimento e transformação de um território como autónomo. -----

Deste modo, e em face do exposto, vem a bancada do Partido Socialista, nesta sessão da Assembleia Municipal: -----

1 - Saudar e congratular o Município de Constância, pela defesa e preservação da memória coletiva de um povo, testemunho da dinamização cultural e artística no desenvolvimento do Concelho; -----

2 - Saudar e homenagear, todos os profissionais e colaboradores, pela prestação do serviço diário, na promoção e desenvolvimento cultural de Constância; -----

3 - Saudar o pintor José Paulo Nobre, pela magnífica obra, “Mural” que identifica a história cultural e as tradições de Constância; -----

4 - Saudar o 25º Aniversário do “Museu dos Rios e das Artes Marítimas”. -----

Neste sentido, a bancada do Partido Socialista, propõe que a Assembleia Municipal de Constância, reunida em 29 de setembro de 2023, aprove este Voto de Saudação e dele dê conhecimento público. -----

Constância, 29 de setembro de 2023 -----

A bancada do Partido Socialista.” -----



ANEXO II

VOTO DE SAUDAÇÃO
“VOTO DE SAUDAÇÃO DA BANCADA DO PS, À CELEBRAÇÃO DOS 60 ANOS
DE CARREIRA DA TINA JOFRE



Fadista, admirada e acarinhada na sua terra natal Constância e por outras terras de Portugal. -----
Fez do fado a sua vida e do som da guitarra um companheiro, com a sua voz maravilhosa e marcante a despertar no nosso coração aqueles sentimentos mais profundos. Fomos verdadeiramente privilegiados pela oportunidade de usufruir do seu talento. -----
Sendo o fado uma das bases culturais do nosso país, um estilo musical tradicional, é nele que se ouve a voz de Portugal, lembrando sentimento de saudade e emoções que marcaram as nossas gentes e o nosso povo. -----
É com orgulho que Constância Vila Poema, de alegria presta esta homenagem a uma cidadã, uma filha da terra, uma embaixadora e que seja lembrada a carreira, voz, mas acima de tudo a pessoa. -----
Saudações da Bancada do PS -----
Constância, 29 de setembro de 2023”. -----

ANEXO III

VOTO DE PROTESTO

“DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS CTT EM CONSTÂNCIA

Várias têm sido as intervenções e tomadas de posição, nesta Assembleia, sobre os maus serviços prestados pelos CTT no nosso concelho. -----

Datado de 7 de julho passado recebeu o Senhor Presidente da Assembleia Municipal uma resposta daquela empresa, que fez distribuir pelos eleitos deste órgão, em que num dos parágrafos é afirmado o seguinte: -----

“Assim, esta empresa tem estado a reforçar as suas equipas de distribuição e podemos informar que a distribuição no concelho se encontra estabilizada e sem constrangimentos de maior neste momento”. -----

Acontece que, em todos estes meses, nada foi alterado relativamente ao que motivou os protestos anteriores; continuam os atrasos na entrega de correspondência, alguma dela nem sequer chega a ser entregue, e a troca de endereços continua a ser recorrente. -----

A situação existente, e vivida há já vários anos, não condiz de forma alguma, com a resposta dada pela empresa, citado no parágrafo atrás mencionado. -----

Tratando-se de um serviço essencial à qualidade de vida das populações e, por isso, ao desenvolvimento do concelho e do país, é sugerido a esta Assembleia Municipal de Constância que aprove novamente um voto de protesto e condenação aos maus serviços prestados pelos CTT e ainda que o teor deste protesto seja enviado às seguintes entidades: a) Conselho de Administração dos CTT; -----
b) Ministério dos Transportes e Comunicações; -----
c) Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----
d) Comunicação Social Regional. -----

Os eleitos da CDU -----
Constância, 29 de setembro de 2023”. -----



ANEXO IV

“CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA
SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

REQUERIMENTO

Parque habitacional propriedade da Câmara Municipal

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância -----
Vêm os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária requerer a V. Exa. ao abrigo da
alínea d, do ponto 2 do Artigo 3º do Capítulo I do Regimento da Assembleia Municipal de
Constância a caracterização por fogo do parque habitacional propriedade da câmara
Municipal no respeitante: -----
Valor e tipologia da renda (livre, acessível, etc.); -----
Caraterização do agregado familiar; -----
Ponto de situação quanto à reabilitação prevista realizar no âmbito da Estratégia Local de
Habitação. -----
Constância, 29 de setembro de 2023 -----
Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária”. -----



ANEXO V

MOÇÃO “PELO DIREITO À HABITAÇÃO

Os problemas da habitação assumem uma dimensão a exigir medidas que travem a dinâmica especulativa a que está submetida e que recentrem no Estado a responsabilidade e os meios de um vasto programa de habitação de promoção pública. -----

Medidas que para lá das respostas mais imediatas e inadiáveis garantam uma resposta pública eficaz e indispensável à regulação do sector. -----

Medidas essas que combatam as dificuldades de centenas de milhar de famílias enfrentando os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular dos Bancos que acumulam lucros imensos com o aumento das taxas de juro. ---
O pacote “mais habitação” tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. -----

Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da habitação é inseparável da assunção pelo Estado das responsabilidades que lhe cabem designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano. -----

Não é correto praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios e comunidades intermunicipais procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional. -----

Assim, a Assembleia Municipal reunida a 29 de setembro delibera requerer ao Governo a adoção de medidas urgentes que: -----

a) Permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital; -----

b) Visem a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0,43% em vez dos 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos; -----

c) Concretizem a resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na





Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes. -----

Sendo aprovada, a moção deverá ser remetida às seguintes entidades: -----

Sua excelência o Primeiro Ministro; -----

Sua excelência a Ministra da Habitação; -----

Sua excelência o Presidente da Assembleia da República; -----

Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----

Comunicação social. -----

Constância 29 de setembro de 2023 -----

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária “. -----



ANEXO VI

CDU – Coligação Democrática Unitária
Assembleia Municipal
RECOMENDAÇÃO

“Considerando que a derrama é um imposto municipal aplicável às sociedades e outras pessoas coletivas cuja sede ou estabelecimentos se situem na sua área geográfica, em que a derrama constitui uma importante fonte de receita para o município: -----
Recomenda-se que a Câmara Municipal diligencie no sentido de obter informação sobre a localização da sede social de pessoas coletivas que exerçam atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola no concelho e que se empenhe na sensibilização dos respetivos agentes económicos que não tendo a sua sede social no concelho procedam à transferência da mesma para o município de Constância. -----
Constância, 29 de setembro de 2023 -----
Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária”. -----







ANEXO VII

CDU – Coligação Democrática Unitária
Sessão da Assembleia Municipal de Constância
REQUERIMENTO

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Constância -----
Vêm os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária, requerer a V. Exa. ao abrigo da
alínea d, do ponto 2 do Artigo 3º do Capítulo I do Regimento da Assembleia Municipal de
Constância o envio de cópia de certificação atualizada de todos os Parques Infantis do
município de Constância. -----
Constância, 29 de setembro de 2023 -----
Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária” -----